

4.35.

Título:

Autoavaliação do processo ensino-aprendizagem – um caminho possível

Autor/a (es/as):

Paiva, Liz Denize Carvalho [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]

Souza, Nádia Maria Pereira de [Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]

Resumo:

O artigo associou-se ao grupo temático “avaliação das aprendizagens” e propôs uma discussão conceitual e pedagógica sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem, privilegiando a autoavaliação. O estudo trouxe à tona a noção de um processo de autoavaliação relativizado, ampliado na dimensão do sujeito histórico e em sua relação com o mundo, sugerindo pressupostos de uma avaliação mais dialógica e participativa. O processo de ensino-aprendizagem deve ser fundamentado em práticas pedagógicas que possibilitem ao discente a obtenção de conhecimentos significativos para a vida, para a formação profissional, para o mundo do trabalho e para a cidadania. Neste prisma, a participação dos educandos em processos críticos e criativos durante a sua vivência acadêmica, parece estimular o exercício de ações cooperativas e o desenvolvimento de habilidades que poderão contribuir em sua formação. Esta prática também proporciona ao professor a revisão de seu processo didático-pedagógico e de suas concepções educacionais. A interação social observador/observado possibilita criar construções conjuntas, consolidando ações de reciprocidade. O objetivo principal deste artigo foi caracterizar a importância da autoavaliação no cenário da avaliação do ensino-aprendizagem, destacando a relevância deste processo na formação de professores. A pesquisa de natureza teórica ressaltou os principais conceitos da autoavaliação educacional e sua aplicação. Foram utilizados referenciais na área, destacando-se Esteban (2001), Freire (1983), Beloni (2000), Vasconcellos (2000) e Souza (2011). O estudo analisou resultados de uma investigação publicada por Paiva e Souza (2011), realizada na UFRRJ no ano de 2010 com 44 (quarenta e quatro) alunos dos 7º e 8º períodos do curso de licenciatura em Educação Física, acerca das práticas avaliativas dos docentes no processo de formação pedagógica. Com base nos resultados apurados, destacou-se a categoria autoavaliação, como o enfoque de análise no presente artigo. Este exemplo colhido da literatura ilustrou a precária utilização desta prática pedagógica na formação docente. A dificuldade do professor em aplicar a autoavaliação evidenciou-se nas respostas dos discentes que declararam a referida prática como não prestigiada pelos docentes na formação de professores na universidade. Ressaltou-se ainda, que este processo deveria ser

associado a outros instrumentos e técnicas avaliativas, de forma que a autoavaliação pudesse ser redimensionada no contexto educacional. Este novo enfoque trataria a transposição de uma concepção humanista, fechada em si mesma para uma construção dialógica e de respeito ao “eu” buscando o “próximo” nas relações sociais. A principal relevância acadêmica deste estudo foi apresentar as possíveis aplicações da autoavaliação e os efeitos benéficos à formação do futuro professor.

Palavras-chave:

Avaliação das aprendizagens, Autoavaliação, Formação de Professores.

Introdução

O processo de ensino-aprendizagem deve ser fundamentado em práticas pedagógicas que possibilitem ao discente a obtenção de conhecimentos significativos para a vida, para a formação profissional, para o mundo do trabalho e para a cidadania.

A participação dos educandos em processos críticos e criativos durante sua formação acadêmica parece estimular o exercício de ações cooperativas e o desenvolvimento de habilidades que poderão contribuir em sua formação. Além disto, a prática avaliativa quando reconhecida e aplicada como um fenômeno participativo, responsivo, dialético, integral, bilateral e contínuo, também se constitui como um elo, uma forma contínua de aprendizagem junto ao processo educativo.

Deste modo, tornam-se relevantes estudos e reflexões que tratem da valorização do sujeito histórico e sua socialização com os demais, de forma que as relações sociais sejam cada vez mais consolidadas.

O objetivo principal deste artigo foi caracterizar a importância da autoavaliação do processo ensino-aprendizagem.

A pesquisa de base teórica destacou os principais conceitos da autoavaliação educacional e sua aplicação. Em seguida baseou-se em um estudo de campo junto a alunos do curso de Licenciatura de Educação Física na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, acerca das práticas avaliativas dos docentes no processo de formação pedagógica dos licenciandos.

A principal relevância acadêmica deste estudo foi apresentar as possíveis aplicações da autoavaliação e suas práticas, demonstrando ser um caminho possível na educação.

Desenvolvimento

A prática de avaliação mostra-se vivaz no dia a dia do homem, sendo uma forma de apreciar o que foi realizado, como erros e acertos, oferecendo possibilidades de se fazer melhor no presente e no futuro, tratando-se muitas vezes da sobrevivência dos indivíduos ou grupos na sociedade.

Belloni (2000, p.15) conceitua avaliação como: [...] um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento.

O próprio processo de formação que cada indivíduo recebeu ao longo de seus ciclos de vida deflagrou o seu pensar e seu agir, pois teve a oportunidade de estar diante do que supostamente entendeu ou entende como correto e incorreto. A abordagem do significado do termo avaliação, associando a ideia de juízo de valores, pode ser assim observada:

A palavra avaliação contém a palavra 'valor' e, por isso mesmo, não pode fugir dessa concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a) firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento no processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultados de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científicos-técnicos, didáticos-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro.” (RISTOFF, 1995, p. 46).

Em função disto recomenda-se precaução ao designar-se “valor”, ou qualificarmos um fenômeno como “bom” ou “ruim” dentro do contexto educacional, bem como aos interesses determinantes das formulações dos planos estratégicos e dos procedimentos operacionais que norteiam o dia-a-dia das instituições de ensino.

Souza (2002) chama a atenção para a relevância do processo avaliativo junto à sociedade, como um todo, devendo ser encarado como um processo de crescimento e aperfeiçoamento do homem e das instituições, com vistas à construção do conhecimento, à transformação social e aos processos de democratização social.

Diante deste entendimento, o diálogo e a troca de ideias se tornam privilegiados, proporcionando ao homem assumir a missão de:

{...} aprender a dizer a sua palavra, pois com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza, humanizando-o. Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. (FREIRE, 1983, p.7).

A avaliação educacional na sociedade contemporânea assume então um papel de destaque, pois ao se praticar a avaliação participante surge possibilidades para o autodesenvolvimento do educando, favorecendo o seu desenvolvimento pleno e integrado. Esta integração com os ditos iguais e diferentes proporcionam uma socialização dos saberes historicamente construídos entre professores e alunos.

Essa reflexão mostra-se relevante para o ser humano que vive em interação social e dentro deste processo desempenha vários papéis e funções em busca da realização e da felicidade.

Uma primeira distinção a ser feita é aquela entre avaliação educacional – que se refere à avaliação de aprendizagem ou de desempenho escolar ou profissional, bem como à avaliação de currículos – e a avaliação institucional – que se destina à avaliação de políticas, de planos ou projetos e de instituições. (BELLONI, 2000, p.16).

Segundo Demo (1987), a avaliação educacional configura-se como um processo global, de qualidades formais e políticas. A qualidade formal refere-se à dimensão técnica da avaliação constituída em seus: fundamentos, instrumentos, métodos e aplicabilidade. Já a qualidade política, relaciona-se à ideologia da avaliação, quer sejam as suas: finalidades, conteúdos, questionamentos, concepções e aspectos contextuais.

Corroborando com este ponto de vista, Esteban (2001, p.126) explicita que:

O redimensionamento do conceito de avaliação escolar, articulado pelo compromisso com a democratização do ato pedagógico, tem como característica ser uma atividade participativa, desenvolvida através de um processo contínuo. Deste ponto de vista, a teoria sobre a avaliação precisa assinalar, para a atividade docente, estratégias que possam ajudar alunos e professores a compreender e intervir no processo coletivo de construção de conhecimento.

A educação contemporânea tem o desafio de compreender que as consciências individuais, bem como, a grupal devem crescer juntas, uma iluminando a outra. “Um dos conteúdos próprios da qualidade política é a participação. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale à avaliação participante, pelo menos como foco central de interesse”. Demo (1987, p.39).

A avaliação para ser realizada necessita de determinados procedimentos que possibilitem a coleta de dados do indivíduo ou do fato a ser avaliado.

Os procedimentos da avaliação referem-se a todos os meios que são utilizados para a obtenção de dados que interessem ao processo educacional, ao avaliador e ao estudante a ser avaliado. Destacou-se para este estudo a seguinte definição sobre a classificação de métodos e técnicas utilizadas na avaliação educacional.

*[...] podem ser classificados em procedimentos de testagem, de autorelato e de observação. **Procedimentos de testagem** são os organizados por meio de um conjunto de tarefas, usadas para colher amostras do comportamento do indivíduo em uma determinada situação e em um determinado tempo. **Procedimentos de auto-relato** são aqueles em que o indivíduo fornece informações sobre si mesmo. **Procedimentos de observação** são aqueles que permitem a*

apreensão direta do fenômeno que vai ser avaliado. (GRONLUND, 1971, apud SOUSA, 1991, p.42, grifo nosso).

Dentre tais procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem apresentados, este estudo privilegiou a importância do auto-relato ou autoavaliação do aluno, buscando analisar a sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, no ambiente escolar, a autoavaliação assume características peculiares, porém não distantes do que se entende no senso comum, conforme citado por Haydt (2000, p.147), “A autoavaliação é uma forma de apreciação normalmente usada quando nos dedicamos a atividades significativas, decorrentes de um comportamento intencional”.

A realidade da escola, no entanto, parece direcionar esta intencionalidade para fatores específicos e externos ao ensino-aprendizagem, àqueles relacionados ao que o aluno conseguiu aprender, às suas relações com o professor e à comunidade escolar, inclusive com as possíveis dificuldades existentes.

Para que a autoavaliação se efetive o aluno necessita compreender a importância deste procedimento para a educação, cabendo ao professor o papel de agente esclarecedor, líder democrático e incentivador desta prática. Entende-se, que a conscientização neste caso, tornar-se determinante para que o aluno se sinta também responsável por sua aprendizagem e por sua trajetória.

A autoavaliação, portanto, deve ser estimulada numa interação com os envolvidos no processo, de forma que a aprendizagem seja dinâmica, mútua, contextual e significativa. Este entendimento mostra-se ratificado na afirmação de Freire (1983), “os homens se conscientizam juntos em comunhão”, pois o diálogo para o autor é relacional, refletindo a própria historicização, o caminhar junto com o outro, respeitando as diferenças e os limites, sendo o homem o autor o sujeito de sua própria história.

Neste resgate entre o “eu” na relação com o “outro”, situa-se aqui o papel de destaque que o processo de autoavaliação deveria exercer na formação de docentes, não como instrumento privilegiado, mas como um mecanismo de amadurecimento e de reflexão da atividade humana.

Freire (1983, p.11) sugere uma estratégia fundamental para compreensão desta temática, a realização do círculo da cultura, onde “a consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano”. A palavra deve ser viva, um diálogo contextual, uma interação e uma comunicação permanente.

Nesta esfera de interesses estão as chamadas ciências do espírito (ciências humanísticas, culturais e outras congêneres). Este processo se aproxima conceitualmente da noção de círculo de cultura proposta por Paulo Freire, influenciado pelos movimentos de democratização da educação nos idos de 1990, situando a educação como prática da liberdade e como retrato concreto da vida e do contexto do aluno.

Souza (2008) destacou que neste prisma, os estudos em avaliação educacional enfatizaram subjetividade, o sujeito que conhece ou aprende tem predominância sobre o objeto do conhecimento. Nesta concepção, o aluno é o criador da realidade e o autor de sua existência. O enfoque é mais centrado nas pedagogias humanistas e de caráter psicológico.

Entretanto, na década de 1990, pós-redemocratização da sociedade brasileira, Firme (1994) comenta que houve certa evolução do conceito de avaliação, que passou a levar em conta também os aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e éticos envolvidos no processo. A avaliação educacional assumiu um novo caráter, passou a se constituir em um processo interativo, negociado, que se fundamentava numa concepção construtivista, e se desenvolvia a partir de preocupações, proposições ou controvérsias em relação ao objeto a ser avaliado, seja ele um programa, um projeto, um curso ou outro foco de atenção. Nesta perspectiva, se mostrou fundamental o entendimento de que, diferentemente do dualismo sujeito-objeto, os resultados de qualquer estudo ou avaliação, se explicam pela interação entre observador e observado.

Cabe assim, uma avaliação de caráter reflexivo, incluindo a comunidade escolar como um todo, pois não cabe só ao aluno refletir sobre seus atos e comportamentos, mas também ao docente, um dos principais elos entre o conhecimento e o aprendiz.

Olhando para a sua avaliação, o professor deveria ver ali o reflexo daquilo que é essencial em sua área de conhecimento, aquilo que é realmente significativo que o aluno tenha aprendido. Auto-análise: é isto que espero dos meus alunos? é isto que considero importante? (VASCONCELLOS, 2000, p.67).

Este exercício de se autoavaliar propicia ao docente rever seu processo didático-pedagógico, as condições de trabalho, a motivação para a docência e sua própria formação. Torna-se fundamental que o docente permanentemente se autoavalie faça uma retrospectiva crítica de seu trabalho, de sua atuação e de sua postura, concepção, valores e princípios éticos. A interação social observador/observado pode criar construções conjuntas, consolidando uma ação de reciprocidade e de construção coletiva.

Entretanto, parece que a prática de autoavaliação não vem sendo valorizada pelos professores. Souza (2011, p.119), ao demonstrar resultados de uma pesquisa de campo realizada por 140 (cento e quarenta) professores de Educação Física da Rede Pública do Rio de Janeiro, ao analisar os procedimentos de avaliação educacional (técnicas e instrumentos) utilizados na avaliação educacional e as concepções avaliativas dos professores, destacou que apenas 6,42% deles utilizavam a autoavaliação na prática avaliativa.

Este mesmo resultado foi ilustrado por outra pesquisa realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ no ano de 2010 e publicada por Paiva e Souza (2011) com cerca de 80 (oitenta) alunos dos 7º e 8º períodos do curso de licenciatura em Educação Física, na qual eles declararam que a autoavaliação não foi sequer utilizada, como um dos procedimentos de avaliação educacional pelos docentes no processo de formação de professores na universidade.

Estes dois exemplos ilustram pesquisas na área que demonstraram que parece haver pouca utilização do processo de autoavaliação do ensino-aprendizagem.

Entretanto, entende-se que esta prática deveria ser associada a outros instrumentos e técnicas de avaliação, de forma que o educando pudesse se autoavaliar, não com o sentido de fechar-se em si mesmo, ou apenas com a função de atribuir notas, ou constituir critérios de classificação ou promoção, mas, sim, com o sentido de valorizar sua aprendizagem significativa e relativizar seus conhecimentos para a sua vida, para a convivência, para sua formação humana e profissional.

Torna-se fundamental que a autoavaliação se aproxime dos referenciais de uma avaliação emancipatória, conforme proposto por Saul (1995, p.61) onde a autora situa que o compromisso fundamental desta avaliação é o de “fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua ‘própria história’ e gerem suas próprias alternativas de ação”.

A tônica central da avaliação educacional remete às questões sociais e à inserção do indivíduo enquanto um agente na sociedade, dentro das dimensões: histórica, filosófica, sociológica, política e econômica e suas contradições.

A avaliação deve estar relacionada à práxis do indivíduo versus suas relações sociais, caracterizando-se por processos qualitativos e participativos, buscando ainda estimular a construção de entendimentos coletivos por meio de diferentes construções teóricas.

Considerações finais

A avaliação do ensino-aprendizagem precisa ser aperfeiçoada e repensada a cada dia, de forma a tornar o processo educacional mais dinâmico, criativo e crítico.

A prática da autoavaliação parece não ser muito utilizada pelos docentes. Quando se trata de um curso de formação de professores, este efeito pode ser espiral e multiplicador, pois os discentes, futuros professores precisam vivenciar a autorreflexão e a autoavaliação.

Há, entretanto, necessidade de conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância deste processo, para a partir daí instrumentalizar o seu uso e ultrapassar a visão proposta pelo humanismo moderno, de reduzir esta autoavaliação a questões meramente subjetivas e psicológicas, mas sim, concebê-la como um exercício de respeito às individualidades, às diferenças e estimular que esta

reflexão do eu, torne o ser humano mais feliz e realizado, na busca pelo nós, pelo encontro com o outro.

Referências

- Afonso, Almerindo Janela (2000). *A Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez.
- Belloni, I. et al (2000). *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.
- Belloni, I (2000). A Função Social da Avaliação Institucional. . In Sobrinho, J. D. e Ristoff, D. I. org. *Universidade Desconstruída- Avaliação Institucional e Resistência*. (pp.37-58). Florianópolis: Insular.
- Brasil, MEC, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (2009). *SINAES – Sistema Nacional de Avaliação Nacional de Avaliação de Educação Superior: Da Concepção à Regulamentação*. Brasília: INEP.
- Demo, Pedro (1987). *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Cortez.
- Esteban, Tereza (2001). *Avaliação – uma prática em busca de novos sentidos*. Lamparina: DP&A.
- Firme, Tereza Penna (1994). Avaliação: Tendências e Tendenciosidades. *In Avaliação e Políticas Públicas em Educação* (pp. 5-12). Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio.
- Freire, Paulo (1983). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gronlund, Norma E. (1971). *Measurement and evaluation in teaching*. 2a. ed. Nova Iorque: Macmillan.
- Habermas, Jurgen (1994). *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Porto: Rés-Editora.
- Luckesi, Cipriano C. (1998). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.
- Macário, Nilza M. (1994). *Avaliação Institucional em Organizações de Ensino Superior no Brasil*. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Paiva, Liz D. C. e Souza, Nádya M. P. (2011). Avaliação do Ensino-aprendizagem na Formação de Professores de Educação Física. In: Monteiro, J.J. e Cupolillo, A.V. (Orgs), *Formação de Professores de Educação Física: Diálogos e Saberes*. (pp. 101-111). Rio de Janeiro: Outras Letras.
- Ristoff, Dilvo. I. (1995). *Avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: relatório do projeto piloto de avaliação do docente pelo discente*. 93/1. Florianópolis: [s. n.].

- Santos, Boa Ventura de Souza (1994). *Pelas Mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Saul, Ana Maria (1988). *Avaliação Emancipadora: desafio a teoria e a prática de avaliação e reformulação do currículo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Sousa, Clarilza P. de. (1991). *Avaliação do Rendimento Escolar*. Campinas/São Paulo: Papirus.
- Souza, Nádia M. Pereira de (2008). A Avaliação de Cursos de Graduação - as matrizes teóricas e o estudo de caso da UFRURAL-RJ. In: Vasconcelos, H. C. (Org.), *Docência no Ensino Superior: singularidades de uma experiência interdisciplinar*. (pp.173-191). Seropédica, Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ.
- _____ (2011). Reflexões Pedagógicas na Avaliação em Educação Física Escolar. In Pereira, Sissi A. M. e Souza, Gisele M. C. S. (Orgs.), *Educação Física Escolar: Elementos para Pensar a Prática Educacional*. (pp. 109-124). São Paulo: Phorte.
- _____ (2002). *O Estado da Arte da Avaliação da Educação Superior - as diretrizes do MEC e a experiência de IES no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Vasconcellos, Celso dos S. Avaliação (2000) *Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*. São Paulo: Libertad, Cadernos Pedagógicos do Libertad.

4.36.

Título:

Verificação da aprendizagem de universitários que usaram um software educativo sobre prevenção de acidentes de trânsito

Autor/a (es/as):

Pasqualini, Elaine [Faculdade de Tecnologia de Ourinhos e UNESP, Campus Marília]

Gimeniz-Paschoal, Sandra Regina [UNESP, Campus Marília]

Resumo:

Devido ao número elevado de acidentes de trânsito (AT) com jovens no mundo, a literatura aponta a necessidade de ações educativas, mas são escassas as pesquisas, principalmente com o uso de *software* educativo e, por outro lado, a verificação e a avaliação subsidiam decisões a respeito da aprendizagem de alunos para garantir a qualidade de resultados que se espera. Desse modo, a verificação e a avaliação destinam-se à tomada de decisões a fim de contribuir para o conhecimento do aluno. O objetivo deste trabalho foi verificar a aprendizagem de universitários